

# Tradição e desenvolvimento

No mundo tecnológico e diversificado em que vivemos, onde as aspirações humanas ultrapassam até o limite da imaginação, e onde a busca incógnita pela comunicação e a conquista de novos mundos aceleram o processo de novas descobertas, quer no campo da astronáutica, da cibernética e da eletrônica; o gênero humano agita-se e anseia por novas condições. Quando todas as ciências acertam os passos, vencendo as duras penas modernos caminhos, buscando nas pesquisas e experiências os melhores métodos e fórmulas para a humanidade, também é válida a assertiva de que as letras e as artes, impulsionadas pelo

dinamismo atual do evoluir humano, caminham, passo à frente, senão ombro a ombro com a tecnologia e a ciência, à cata de conferir ao homem a tranquilidade necessária.

Cada esforço que vise a uma conquista séria para o futuro, mesmo inglório, encontra-se revestido daquela nobreza dos maiores atos de altruísmo. E a História registrará, sem pejo, o caminho da nação que possui filhos capazes de, num esforço conjugado, contribuir para o aprimoramento de seus netos. O país será culturalmente forte se a ciência e a arte, a tecnologia e as letras possuírem a mesma filosofia, falando a mes-

ma linguagem de ordem, integração e desenvolvimento.

O soerguimento de qualquer povo deve-se, exclusivamente, à conjugação de suas forças históricas e culturais.

Arnold Toynbee, no salão mesmo da Universidade, em sua passagem pela Bahia, afirmou que o “número de conhecimento que é preciso acumular-se torna-se cada vez mais difícil de ser conseguido, no entanto, se estamos nos preparando para sermos cidadãos do mundo não podemos ignorar a totalidade desses conhecimentos”.

Onde pois buscar a soma acumulada, senão no passado, para daí retirar as mais belas experiências, como uma contribuição para o futuro?

Se desejamos compreender essa experiência, devemos nos lembrar que o Brasil, uma das mais jovens nações do mundo, já possui uma bagagem cultural herdada dos lusitanos, capaz de competir com muitas outras nações, e que este acervo cultural que possuímos apresenta-se ora sombrio e severo, ora alegre e saltitante, adquirindo nuances próprias, num jôgo de formas e côres, caracterizando o conteúdo espiritual de uma época.

A arte no Brasil, se veio de início mesclada de estabilidade românica, por certo não conseguiu impor, em todo o território brasileiro, os cânones de severidade medieval.

A própria Igreja entrando em mutação, os conceitos de divin-

dade e sabedoria, ultrapassando os limites conventuais fechados, espalharam-se pelo século.

A cultura, antes restrita a pequenos grupos, difundiu-se de modo crescente e se por um lado encontramos a sobriedade inaciana, por outro, vivemos a grandiosidade e exuberância da terra, afastada da metrópole, e que de certo modo contribuíram para o amolecimento da forma e do pensamento.

Para cá os brancos europeus, de cuja origem e formação racial contam-se fatos de guerras heróicas, trazem outros povos, não menos belicosos, de tez escura, cenho severo, músculos rígidos para o trabalho de conquista da terra. Aqui encontram nações terríveis e com o costume cruel e bárbaro da antropofagia. São três raças distintas e belicosas que se veêm no mesmo cadinho das paixões humanas. Ocorre então o milagre das raças: brota, surge e nasce uma nação constituída de um povo voltado para os problemas da paz. Se volvermos os olhos ao passado, vislumbraremos o anseio desses homens em aprimorar os conhecimentos, tentando a ampliação dos acervos culturais, construindo, pintando, escrevendo ou cantando a liberdade das formas naturais e regionais, mostrando a adaptação do homem ao meio, que se verifica desde os primeiros tempos, onde a “terra era farta e boa, cheia de inúmeras árvores muito grandes que nunca perdem a folhagem com

odôres suavíssimos e aromáticos, produzindo muitas frutas de bom paladar e salutareas ao corpo”.

É nesse período de formação da nacionalidade brasileira que se fundamenta a civilização material e se edifica o pensamento do grande país, caracterizado em um Barroco simbólico, dinâmico, fantástico e acima de tudo belo, capaz de sensibilizar, de qualquer modo, desde o mais erudito, ao menos dotado de imaginação, porque o cerne desse tronco constituiu-se de uma seiva espessa, caracterizando uma fase marcante de transformações da humanidade. O vigor de suas massas, de seus volumes afirma as insatisfações do homem com seus temores e desejos, a sua instabilidade e a sua revolta.

É todo o mundo a sentir pulsar o sangue nas veias, é o próprio homem tomando consciência de sua condição terrena e que ambiciona mais e mais aproximar-se daquilo que ele mais deseja: a sabedoria e a divindade. Por isso mesmo, salta, dança, voa, brada e conclama, expressando-se em sonhos, riquezas, amôres; através da talha dourada, das artes e das letras. É também a busca do insondável, do inatingível, do etéreo, do absoluto.

Ciência e arte vão perseguindo e perseguindo o gênero humano em sua trilha de livre-arbítrio, aberto novamente pelo Humanismo renascentista. E

então, os gonzos das portas gemeram ressequidos e roucos, deixando à vista uma perspectiva cada vez mais ampla, de um mundo cada vez melhor, ou ao menos, mais cheio de esperança onde se acenavam a igualdade, a liberdade e a paz.

É com certeza, assim, com estas tôscas palavras que entendemos a formação do legado que herdamos de nossos ancestrais.

Legado imenso, espalhado desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, configurado em igrejas, conventos, fortes e casas, por vezes ruas, e outras cidades inteiras. São Luís, Natal, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Sabará, Mariana, e também Salvador e seu Recôncavo, são os repositórios desse acervo cultural grandioso.

Atualmente o Brasil reestrutura-se, avança para alcançar a industrialização, erguendo-se para o trabalho das fábricas, a cujo alvorecer todos deverão estar presentes, contribuindo com a sua parcela de ação. As conquistas tecnológicas, no presente século, rivalizam-se às conquistas artísticas. Num país como o nosso, em franco desenvolvimento, quando forças morais irmanam-se para impulsionar as máquinas que nos levarão a um estágio mais evoluído, seja em bases econômicas ou em superiores políticos, torna-se necessário que o trabalho de todos os profissionais volte-se para as tarefas de preservação da cultura, onde riquezas maiores adormecem pri-

vadas da verdadeira posição que lhes cabe. As tradições religiosas, históricas, folclóricas, artísticas e antes de tudo morais, representam uma soma grandiosa de cultura e poderá reconduzir o homem à sua condição humana.

Desenvolvimento e tradição coexistindo num mesmo campo de batalha, cada qual a defender a peça mais cobiçada — o homem-rei, cujas tradições foram criadas por êle e de cujo desenvolvimento deve desfrutar.

Na Bahia, os engenhos de açúcar do Recôncavo são um atestado vigoroso de um passado brilhante e de memória imprecívvel. Conjuntos dos mais autênticos da Arquitetura Colonial brasileira como: Matoim, Freguesia, Passagem, Pouco-Ponto, Subaé, São Miguel e Almas, Embiara, Engenho Velho e Vitória, tantos e tantos outros a beiramar, nos esteiros dos rios, nos outeiros do litoral, e nas planícies do sertão que esperam, hoje abandonados e tristes, tendo apenas o carinho da natureza que, de tanto amar a obra do homem, rasga-lhe as paredes e lhe consome os alicerces. Ontem, era o frescor verde e amarelo do canavial em sua volta, hoje, o frio da tristeza, do abandono e da destruição. As igrejas e capelas, conventos ou ermidas, seguem o destino dos engenhos: Nossa Senhora da Escada, Nossa Senhora do Ó, em Paripe, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora de Madre de Deus, Nossa Senhora do Monte, Nossa Se-

nhora do Loreto, Nossa Senhora das Neves, além de São Brás, São Bento e Santo Antônio, entre tantas estruturas que atestam o fervor religioso e mostram a vontade do homem em crescer e evoluir.

Quantas peças pereceram pela "injúria do tempo e o descaso dos homens menos avisados", descuidados da nobreza e do valor que representam, não só para a perpetuação da cultura, mas para o desenvolvimento econômico das áreas circunvizinhas, se cada um desses núcleos fôsse conveniente e conscientemente revestido de funções que possibilitassem a sua vida.

As arquiteturas popular ou erudita, urbana ou rural, religiosa ou civil, militar ou oficial, constituem os marcos da civilização brasileira. Podem e devem viver ao lado dos espaços modernos de múltiplas funções. Resguardar as formas, as características primitivas, consolidar as estruturas restituindo-lhe as ambiência perdida, no campo ou na cidade, conferindo-lhes funções condignas e capazes de reavivar o seu *habitat*, são tarefas que representam um esforço conjunto, às vèzes gigantesco, de instituições, não de homens isolados. Cumpre também à Universidade essa missão ativa e dinâmica que é também parcela de desenvolvimento.

Os países considerados mais avançados do mundo e mais ricos em tradições cultuam e conservam o seu patrimônio. Ingla-

terra, França, Itália, Alemanha e Portugal, para citar apenas êses, mostram o desvêlo por suas tradições quando criam museus, restauram monumentos ou catalogam e arquivam "velhos papéis".

A UNESCO, para salvar um acervo milenar, com métodos modernos transporta e reedifica em Assuan, Núbia, os templos faraônicos para não impedir o progresso e o desenvolvimento do Egito. Assim, vê-se que o desenvolvimento não é inimigo das tradições; ao contrário, o desenvolvimento e o progresso podem afirmar o *campus* onde as tradições se manifestam para que estas continuem ativas, vibrantes, e acima de tudo, possam conferir o grau de cultura a cada povo que assim procede.

Mesmo assim, diz René Maheu, diretor geral da UNESCO — "Há quem considere os trabalhos de proteção ou restauração dos monumentos, um luxo que não corresponde às preocupações mais legítimas do homem contemporâneo, que, ao que parece, orienta-se ou deveria orientar-se melhor nas conquistas da ciência e da técnica".

Entre nós, também existe a errônea crença que a conservação de monumentos é uma questão que só interessa a uma elite, pois a sua beleza e significação só por esta seria compreendida e usufruída. Ora, sabe-se que a real finalidade da conservação dos monumentos, que exprimem

a continuidade cultural dos povos, é, principalmente, obrigação e dever das chamadas elites, mas em benefício de todos, no que respeita à necessidade de educar, pois, quando um maior número de pessoas tiver a consciência do valor das obras de arte que testemunham e explicam o seu passado, êste mesmo povo tornar-se-á verdadeiro guardião, sendo levado a cooperar com entusiasmo e perseverança com todos os organismos ligados a tal mister.

Exemplo admirável no assunto encontramos já em 1932, quando a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual dirigiu-se à Assembléia da Liga das Nações para que esta fizesse ver a seus Estados-membros a conveniência de os respectivos educadores instruírem a infância e a juventude no respeito aos monumentos, sem distinção de civilização e de época; esta ação educativa deveria ser dirigida ao povo em geral, em vista de associá-lo na salvaguarda dos testemunhos seculares da civilização. Hoje, mais do que nunca, ninguém pode mais esperar uma proteção do patrimônio artístico, sem o respeito e a ajuda das massas.

Na Europa, há alguns anos, arquitetos, professores e técnicos promovem e participam de congressos, cujos temas fundamentais giram em tórno à preservação dos monumentos artísticos do mundo. Em Veneza, maio de 1964, uniram-se em

congresso 700 arquitetos e técnicos, de quase todo o mundo, com a finalidade, entre outras, de ditar uma carta internacional da restauração dos monumentos, vez que o tema principal do conclave orbitava em volta do patrimônio monumental e ambiental do mundo, no momento em que se sente também nos países de nova formação a necessidade de conservar os valores artísticos e os elementos representativos das civilizações do passado, fundindo seu espírito com a vida moderna.

No Brasil, vezes como a do saudoso Wanderley de Pinho desde 1917 levantaram-se pela proteção dos monumentos públicos e objetos históricos: "Urge reagir: — aqui esclarecendo, ali aconselhando, além pedindo, mais longe adquirindo, agora protestando. Constituamo-nos em exército de salvação dessas páginas soltas da história, da arte e da tradição.

"E não só por guardar e conservar — também por orientar e ensinar.

"É preciso incutir na alma do povo a poesia de seus antecessores, antes que ela possa ter a ciência dos feitos de sua gente; é preciso despertar na alma da nação o instinto do passado, em que a difusão do alfabeto e da escola consiga ditar-lhe a consciência da sua história".

Realizou-se em Quito, Equador, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1967, um encontro promovido pelo Departamento

de Assuntos Culturais da OEA, participando o Brasil, Peru, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Venezuela e República Dominicana, para estudar os assuntos relacionados com a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Latino-Americano.

As recomendações desse encontro, agora divulgadas, mostram o valor da preservação dos bens históricos e artísticos para o desenvolvimento nacional, competindo ao governo dotar o país das condições que tornem possível a formulação e execução dos projetos de *mise-en-valeur*.

Entre os requisitos indispensáveis à execução de projetos, recomenda-se "uma legislação adequada, ou outras disposições governamentais, devendo prevalecer em tôdas as circunstâncias o interesse público, contando-se também com a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública.

"Nesse sentido, deve-se ter presente o desenvolvimento de uma campanha cívica que possibilite a formação de uma consciência pública propícia".

Recomenda ainda:

"Vincular à necessária revalorização do Patrimônio monumental e artístico das nações da América a outros países extrac Continentais e, de maneira muito especial, à Espanha e Portugal, dada a participação histórica de ambos na formação do aludido patrimônio, e dada ainda a semelhança dos valores culturais

que os mantêm unidos aos povos d'êste Continente”.

O mesmo encontro acentua a necessidade de atualizar a legislação vigente nos Estados americanos, a fim de tornar eficaz sua aplicação aos efeitos a que se destina.

Em menos de um século a Bahia viu perder grande parte de seu acervo material e, a cada ano que passa, aumenta o número de edifícios importantes que tendem a desaparecer, ao lado de pinturas, imagens e móveis.

Na sanha incontida das especulações imobiliárias ou em nome do progresso e do desenvolvimento e outras vèzes por desastres fatais, são destruídas edificações, cujo valor arquitetônico e cultural não se pode calcular.

Na própria cidade do Salvador ficaram irremediavelmente perdidos a igreja da Sé, a igreja de São Pedro Velho, a antiga igreja d'Ajuda, o solar Coronel, muitos edifícios civis da zona comercial, na Cidade Baixa, no Pelourinho e, por último, ainda crepitam as chamas de um incêndio que destruiu o Paço do Saldanha.

São bens tombados uns, não tombados outros, de valor histórico ou artístico e ainda aquêles cujo mérito consiste apenas em terem sido construídos em períodos muito recuados e outros ainda, embora edificados no século passado ou princípios dêsse, guardam ou guardaram as características de uma época his-

tórica.

É verdade que na cidade do Salvador houve um crescimento verdadeiramente desenfreado nas construções arquitetônicas, feitas, muitas vèzes, de modo desordenado e quase sempre sem um mínimo respeito às obras do nosso Patrimônio Histórico e Artístico.

Por outro lado, tem sido alarmante o menosprêzo pela conservação de nossas relíquias em sua pureza original, estendidos a outros exemplares da arquitetura que, embora não tombados ainda, não deixam de enriquecer nosso tesouro artístico, quer na Capital, como no Recôncavo, e por que não dizer em todo o Estado.

Nos municípios de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Maragogipe, Jaguaripe, Rio de Contas, Livramento, Lençóis e outros, encontramos ruínas notáveis, sem a atenção, necessária, espalhadas pelos morros e campos, muitas vèzes afastadas de núcleos mais populosos e caracterizados pelos engenhos de açúcar, casas de fazenda ou simples igrejas e ermidas, marcando a passagem da economia açucareira, ou até onde chegou o poder eclesiástico da catequese.

Êsses núcleos de engenhos de açúcar, que até o século XIX encontravam-se em franca atividade, foram simplesmente destruídos quando a nova economia das usinas começou a se formar. As melhores famílias quase perderam o prestígio e a transfor-

mação social por que passaram concorreu, de certo modo, para o abandono e a destruição das estruturas arquitetônicas.

O saudoso Professor Wanderley de Pinho quase fez um inventário desses engenhos em seu livro, monografia magistral — *História de um Engenho do Recôncavo*.

Se muitas dessas estruturas permaneceram de pé, o mesmo não se poderá dizer da grande maioria, pois foram pouco a pouco sendo destruídas pela vegetação ou pelos próprios homens. Enumerá-los seria fastidioso e quase impossível, pois muitos já não existem e de outros restam apenas irrecuperáveis ruínas.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigida pelo eminente mestre Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade e atualmente pelo Sr. Renato Soeiro, e na Bahia, pelo mestre Godofredo Filho, envida esforços sentidos nos mais longínquos rincões de nossa terra, quando existe um monumento digno de conservação. Mas, já a DPHAN não consegue, com as verbas que lhe são destinadas, conter os desgastes impostos pelo tempo.

Lembramos as palavras do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, proferidas aqui, neste salão, ao receber o título de Doutor *Honoris Causa*: "Agravam-se e multiplicam-se, de fato, ultimamente, as ameaças ao espólio cultural que nos incumbe

proteger. A despeito das prescrições bem inspiradas das Constituições que têm regido o Brasil, desde abril de 1934, complementadas pela legislação especial em vigor a partir de 1937, os riscos a que está exposto o nosso patrimônio histórico e artístico só tendem a aumentar. Concorrem para esse efeito a ação do desgaste do tempo e a dos fatores climáticos desfavoráveis na fragilidade intrínseca da maioria dos monumentos, de par com os danos produzidos pelo comércio imobiliário, freqüentemente convertido em especulação, tudo isso piorado por certo espírito de "desenvolvimento" mal concebido, decorrente da incompreensão quase generalizada entre nós da importância fundamental dos valores a proteger. Há, pois, necessidade premente de mobilização de nossos compatriotas mais esclarecidos, no seio das instituições educativas e em todos os setores, a fim de fazer a população nacional penetrar-se do dever cívico e do próprio interesse utilitário que tem de defender vigorosamente seu acervo cultural".

O Sr. Renato Soeiro, ao fazer uma exposição em sessão plenária do Conselho Nacional de Cultura, a 27/4/67 — sobre o *Reaparelhamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* salienta a necessidade de "serviços extraordinários urgentes, quanto aos programados para 1967, não podendo ser atendidos pelas verbas orçamentárias" e



apresenta demonstrativo da redução de verbas comparativamente ao maior número de bens incluídos nos livros do Tombo, estando a sua maioria requerendo urgentes trabalhos de restauração.

O desejo de proteger o acervo histórico do Brasil manifestou-se em legislações estaduais e federais.

Tôdas, porém, conduzidas pelo interêsse louvável de resguardar êsses bens. Sente-se, hoje, a necessidade de fomentar cada vez mais o interêsse público que deverá ser sensibilizado nessa área. Isenções fiscais para os proprietários de imóveis de valor artístico e histórico. Sanções rigorosas para impedir a sua alienação. Comunicação periódica aos órgãos competentes do estado dessas coisas. Sistemas de divulgação mais acentuados das produções artísticas do passado. Catalogação sistemática com identificação, estado e local em que se encontram. Enfim, medidas objetivas, aliadas à educação sistemática, poderão favorecer, de algum modo, a proteção dos bens nacionais.

A mais recente Constituição brasileira prevê uma proteção especial do poder público aos documentos, às obras e aos locais de valor histórico e artístico, aos monumentos e às paisagens naturais notáveis. De forma idêntica, a Constituição baiana, a fim de proteger e estimular as letras e as artes, acolhe também em sua guarda na forma

que a lei estabelecer. Além disso, a própria Constituição do Estado da Bahia declara monumento histórico estadual a cidade de Cachoeira, ficando a mesma sob a proteção do Poder Público.

Não se negará o interêsse dos governos nos problemas concernentes à preservação do patrimônio de caráter monumental e histórico; criando, como se sabe, inspetorias de fiscalização, pela Lei n.º 2.032 de 8 de agosto de 1927, no Estado da Bahia, ou pelo Decreto Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, do Governo Federal, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje DPHAN.

O acervo cresceu consideravelmente, mas não em quantidade suficiente para enriquecer mais os Livros de Tombo; por outro lado, as verbas necessárias ao serviço de proteção foram escasseando.

O atual governo Luís Viana Filho, consciente e zeloso, volta os olhos para as riquezas de nossas tradições culturais tendo em vista as perspectivas do desenvolvimento do Estado, cria o Conselho de Cultura, no qual funciona a Câmara do Patrimônio, trabalhando nos planos mais importantes e graves.

Ainda o Governo Estadual cria também a Fundação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, com atuação na área do Pelourinho, com a finalidade de orientar a conservação da área,

visando uma atração turística. Na esfera municipal, a SUTURSA encarrega-se da divulgação de notas com vistas também voltadas para o desenvolvimento e exploração da nova economia.

A Universidade Federal da Bahia, pelos seus centros de estudos e pela sua Faculdade de Arquitetura, pesquisa e desenvolve o ensino de tais bens pré-teritos.

O sempre lembrado Magnífico Reitor Edgard Santos bem compreendeu a importância do valor das artes, quando restaurou um dos mais representativos monumentos de nosso passado, para aí conservar as peças artísticas de valor de nossa história. O Museu de Arte Sacra é um exemplar marcante dessa compreensão e desse esforço da Universidade, para transmitir às gerações futuras o legado recebido de nossos ancestrais.

Mais uma vez recorremos às palavras do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, quando diz: "Nunca o Brasil precisou tanto quanto agora de resguardar os testemunhos da obra realizada pelas ínclitas gerações que formaram a nacionalidade".

Torna-se agora mais do que nunca necessária a tomada de uma posição real, eficaz e acima de tudo nobre, para a conservação, restauração e até nova utilização de tais edifícios, pois assim procedendo, estamos defendendo e zelando pelo tesouro que nos legaram os anteces-

sores, para entregá-lo intacto, ou mais enriquecido ainda, aos que terão de nos suceder. A Universidade deverá ser vigilante e sempre alerta a qualquer atentado que possa ser dirigido às obras artísticas que melhor exprimem a mensagem cultural de nosso passado. Estará cumprindo assim uma das mais altas tarefas de sua sagrada missão, como a de ensinar, pesquisar e formar, mediante a chama alentadora do exemplo.

Estaremos cumprindo essa tarefa toda vez que levamos às sociedades o conhecimento dos valores artísticos que estas possuem, e ainda mais quando ensinarmos como conservar, respeitar e venerar esse tesouro que pertence não só a um em particular ou a um grupo específico, mas a todos, pois o legado da história é patrimônio universal.

Uma legislação de proteção ao espaço urbano ou rural, onde se situam os núcleos ou conjuntos monumentais e também paisagísticos, tomando-se em consideração a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante o regime de benefícios fiscais, será eficaz, como tentativa para salvar esses bens.

Todos os monumentos tombados que se encontram sob a direção da DPHAN devem ser respeitados acima de tudo e preservados como exemplo de conquista cultural anterior, os quais nos transmitiram suas belas experiências, devendo tais monu-

mentos permanecerem intactos para o ensinamento das gerações futuras, respeitando-se também a integridade do edifício ou conjunto dentro da paisagem e, sendo condenável a obra nova, quando esta ferir de perto a harmonia do ambiente ou tirar a visibilidade, no todo ou em parte, a qualquer dos monumentos tombados ou mesmo quando não tombados, dotados de autêntico valor histórico e artístico. Pinturas, imagens e móveis de autoria conhecida ou anônima carecem de um estudo mais apurado e de locais apropriados onde estarão à guarda dos desgastes naturais do tempo, sendo por seu valor cultural considerados bens inalienáveis.

Para concluir, lembramos que há também um acervo documental e iconográfico de nossa história cultural que repousa quase esquecido e a má sorte dos "velhos papéis". Só o zelo e o carinho de algum pesquisador, como o encontrado em D. Marieta Alves, pode despertar, de quando em vez, as rendas barrocas que fazem as traças nos traços barrocos dos manuscritos.

Um acervo de tal ordem e categoria resente-se de uma catalogação racional ou microfilmagem

mais moderna e, conseqüentemente, uma divulgação mais ampla de seus textos.

Longe de nós pensar naqueles que se perderam e nos tantos que porventura estarão irremediavelmente perdidos se ficarmos apenas nestas palavras de clamor e não passarmos à ação.

Quanto de nada restará para a frente se protelarem e adiarem sempre e sempre a ação de salvamento?

Sente-se a necessidade de uma nova legislação, aliada a um programa de ensino, como bem preceituou o Dr. Wanderley de Pinho em sua comunicação ao Instituto Histórico a 1.º de julho de 1917.

Aliado a um programa de atividade intensiva entre DPHAN, — Governo Estadual, Municipal e as Universidades, com a participação das empresas industriais, poder-se-á, conscientemente, chegar à meta desejada.

Com a criação de museus e com a destinação de novas funções aos edifícios restaurados, poder-se-á contar com a perpetuidade do acervo monumental que nos foi legado.

Mas, acima de tudo, cabe à constante vigilância o êxito da empresa.

*FERNANDO L. FONSECA*